

MONITORAMENTO DE EGRESSOS COMO ESTRATÉGIA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Davi de Oliveira Santos¹
Braulio Gaudencio Cerqueira²
Anderson Martins Corrêa³

RESUMO

Este trabalho traz o recorte de uma pesquisa de mestrado, em desenvolvimento, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado em rede nacional, sendo a Instituição Associada o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS). Propõe-se um diálogo sobre os determinantes históricos que orientam o ensino médio integrado à educação profissional, consubstanciado nas discussões realizadas pelo Grupo de Pesquisa Currículo Integrado e Educação Profissional Tecnológica do IFMS. O objetivo é trazer para o debate a organização do ensino e da aprendizagem nessa política educacional, bem como as ações e instrumentos empregados no monitoramento dos egressos. Tomando o contexto histórico da promulgação do Decreto n. 5.154/2004, utilizaremos a concepção materialista da história de Marx e Engels para analisar as alterações do ensino médio integrado, as quais não estão baseadas em ideias, mas em valores materiais e condições econômicas. O questionamento principal que direciona este estudo é: Qual a importância de se estudar o egresso do ensino médio integrado à educação profissional e como os resultados desse monitoramento podem contribuir com a escola para a avaliação e implementação dessa política educacional, bem como para a produção de respostas à sociedade sobre os resultados por ela alcançados, de forma a compassar esta escola com as necessidades da sociedade contemporânea? Por fim, propõe-se uma reflexão sobre o currículo do ensino médio integrado e as possibilidades de sua implementação, a partir dos dados coletados no acompanhamento dos egressos, bem como sobre a existência ou não de instrumentos específicos que contribuam para a realização periódica e eficiente desse monitoramento, de tal modo que promova a fidelização do egresso à instituição de ensino formadora.

Palavras-chave: Ensino médio integrado, Monitoramento de egresso, Implementação curricular.

1. INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Este artigo é um recorte teórico do projeto de pesquisa de mestrado em andamento, que se desenvolve no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado em rede nacional, sendo a Instituição Associada o Instituto

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), dosantos.ms@gmail.com;

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) no IFMS, brauliocerqueira@gmail.com;

³ Professor Orientador. Doutor em Educação. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) no IFMS, anderson.correa@ifms.edu.br.

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), que tem como temática o monitoramento de egressos do ensino médio integrado à educação profissional e os instrumentos utilizados para sua realização. O projeto propõe um debate sobre a organização do ensino médio integrado e os resultados por ele alcançados, convergindo para as ações e instrumentos empregados no monitoramento dos egressos dessa política educacional. Tem como objetivo investigar o Programa de Acompanhamento de Egressos do IFMS e implementar, como produto educacional, um aplicativo móvel para incorporar aos instrumentos utilizados nesse Programa.

O projeto, que está na fase de leitura e interpretação dos conceitos e teorias que fundamentam a análise do objeto, tem como objetivos específicos: 1) investigar os determinantes históricos e epistemológicos do ensino médio integrado à educação profissional; 2) identificar os conhecimentos que estabelecem o monitoramento de egressos como estratégia para avaliação de políticas educacionais; 3) apreciar os instrumentos de monitoramento de egressos implementados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – *Campus* Campo Grande, a partir do Programa de Acompanhamento de Egressos dessa instituição; e, 4) propor um aplicativo móvel que ofereça soluções relacionadas ao monitoramento de egressos do ensino médio integrado, com características tais que permitam a coleta eficiente dos dados dos ex-alunos de forma contínua e cambiável.

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa de levantamento de dados e estudo de caso, com caráter descritivo-exploratória e abordagem quali-quantitativa, com base nas conceituações de Marconi e Lakatos (2005). Para tanto, está prevista a realização de análise documental de diferentes instrumentos do IFMS, dentre eles: o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Programa de Acompanhamento de Egressos, projetos pedagógicos de cursos, relatórios de monitoramento de egressos, atas e demais documentos produzidos nas reuniões para a elaboração e/ou implementação dos currículos integrados, entre outros. Ainda, está prevista a realização de entrevistas e a aplicação de questionários às coordenações de curso, estudantes do último semestre letivo e egressos dos cursos em Eletrotécnica, Informática e Mecânica, que são operacionalizados pelo IFMS – *Campus* Campo Grande, na forma integrada ao ensino médio.

Visamos mapear o perfil discente e sua ótica de educação profissional, além de suas percepções sobre a importância do monitoramento de egressos para a implementação das políticas educacionais. Também, buscamos investigar a forma como os dados de monitoramento de egressos são coletados e utilizados pelo IFMS – *Campus* Campo Grande, na perspectiva da implementação de sua política de ensino médio integrado, e, por meio da

proposição de um aplicativo móvel, contribuir para o êxito do Programa de Acompanhamento de Egressos dessa instituição.

2. CONCEITOS E FUNDAMENTOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Ao longo das gerações, os conhecimentos vem sendo construídos e consolidados em processos de vivências práticas do dia a dia ou em processos sistematizados de produção científica. Este último, por sua vez, constitui a base da educação formal que é desenvolvida nas diferentes instituições de ensino. A partir dos órgãos deliberativos da sociedade, são definidas as normativas educacionais que estabelecem a estrutura, organização e conteúdos a serem trabalhados no ensino formal. Nesse cenário, surgem as políticas educacionais que modelam o ensino em diferentes níveis, etapas e modalidades, abarcando diretrizes gerais e específicas para seu funcionamento. Em consonância a esses dispositivos, os sistemas e instituições de ensino elaboram seus instrumentos curriculares e propostas pedagógicas, que subsidiam o processo de aprendizagem educacional.

Para delimitar o espaço de discussão deste texto, tomaremos como referência a política de ensino médio integrado à educação profissional, implementada no Brasil após a promulgação do Decreto n. 5.154/2004. Para Ramos (2011, p. 775), esse ensino médio integrado busca resgatar os “fundamentos filosóficos, epistemológicos e pedagógicos da concepção de educação politécnica e omnilateral e de escola unitária baseado no programa de educação de Marx e Engels e de Gramsci”. Embora esses fundamentos se fizeram presentes nas discussões que levaram ao Decreto, atualmente, os desafios para a construção de projetos pedagógicos que efetivem essa integração curricular ainda se mostram presentes na execução dessa política.

Vale destacar que utilizaremos o termo educação tecnológica ao invés de educação politécnica, pois entendemos que a educação tecnológica, segundo Manacorda (2007), é a que estabelece: a unidade de teoria e prática; o caráter de totalidade ou omnilateralidade do homem; a unidade dos aspectos manual e intelectual da atividade produtiva; a oposição à divisão originária do trabalho entre manual e intelectual; a manifestação plena e total da pessoa, independentemente de suas ocupações específicas. Também, apoiamo-nos na concepção de omnilateralidade humana de Manacorda (2007, p. 87), expressa em termos do “desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação”.

Tomando esses conceitos como fundamentos, direcionamos nosso olhar a documentos regulatórios que normatizam o funcionamento do ensino brasileiro. De acordo com as Diretrizes

e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), os estabelecimentos de ensino possuem a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica. Da regulamentação do Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB n. 1/2005, que atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto n. 5.154/2004, tem-se que a oferta de cursos técnicos na forma integrada ao ensino médio ocorrerá mediante a elaboração de projeto pedagógico específico pela instituição escolar e posterior aprovação pelos órgãos próprios do respectivo sistema de ensino ao qual a escola está jurisdicionada.

Disso decorre que, para a oferta do ensino médio integrado, faz-se necessária a elaboração e aprovação de um projeto de curso que explicita a proposta pedagógica e a estrutura e organização curricular da formação. É justamente nesse instrumento pedagógico que a integração curricular será sistematizada. Todavia, as diferentes instituições que se propõem ofertar essa modalidade de ensino apresentam grande dificuldade em construir e evidenciar essa integração em seus projetos de curso.

Um exemplo dessa dificuldade pode ser observado no estudo sobre o currículo da disciplina de Matemática, nos projetos dos cursos técnicos em Informática e Edificações integrados ao ensino médio, operacionalizados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – *Campus Aquidauana*. Corrêa e Silva (2016) apresentam reflexões sobre a análise desse documento curricular, dentre elas a de que existe uma divisão clara entre a formação geral e a profissional ali estabelecida. Tal organização contraria ao pressuposto de currículo integrado, no qual:

[...] nenhum conhecimento é só geral, posto que estrutura objetivos de produção; nem somente é só específico, pois nenhum conceito apropriado produtivamente pode ser formulado ou compreendido desarticuladamente da ciência básica que o sustenta. (CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 310).

Para além do desafio da sistematização de uma proposta curricular que efetive a integração dos conhecimentos profissionais aos da formação geral, nos pressupostos de uma educação tecnológica e omnilateral, há de se considerar tantos outros imanentes às práticas pedagógicas dos docentes. Ramos (2005) alerta sobre a necessidade de se redefinir os processos de ensino.

Esses devem se identificar com ações ou processo de trabalho do sujeito que aprende, pela proposição de desafios, problemas e/ou projetos, desencadeando, por parte do aluno, ações resolutivas, incluídas as de pesquisa e estudo de situações, a elaboração de projetos de intervenção, entre outros. (RAMOS, 2005, p. 124).

Os desafios de implementar práticas pedagógicas que promovam o alcance das aprendizagens dos estudantes no ensino médio integrado não podem ser associados, exclusivamente, à insuficiência dos projetos pedagógicos de cursos em sistematizar uma proposta de integração curricular que supere a identidade dual dessa etapa de ensino, entre o acesso ao ensino superior e a preparação para o trabalho, e que promova uma educação unitária, nos pressupostos de Gramsci (1982), que atenda a todas as classes sem distinções a priori.

No atual modelo de integração curricular a ser superado, resta à escola se organizar em tempos e espaços distintos entre aquela que é chamada formação geral básica e aquela que é a formação profissional. Essa distinção também se aplica na seleção dos profissionais que atuarão como docentes nessa oferta educacional. Para as disciplinas identificadas como da formação geral básica, são inseridos profissionais com formação docente em curso de licenciatura, enquanto nas disciplinas identificadas como técnicas, são inseridos profissionais com formação em curso de bacharelado.

Essa distinção não para por aí. No planejamento escolar, ação institucionalizada na práxis docente, os professores das disciplinas de formação geral básica elaboram seus planos de aula a partir de um ementário que relaciona conhecimentos científicos desarticulados dos conhecimentos profissionais e vice-versa. Nessa organização, fica evidente que a oferta do ensino médio integrado assume o caráter de um curso que representa a somatória de dois cursos distintos. Isso foi constatado por Corrêa e Silva (2016) no ensino integrado praticado no IFMS – *Campus Aquidauana*, em que havia dois cursos distintos trilhados simultaneamente, contrariando o Parecer CNE/CEB n. 39/2004 que discorre sobre a aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio:

Esse curso integrado entre Ensino Médio e Educação Profissional técnica de nível médio não pode e nem deve ser entendido como um curso que representa a somatória de dois cursos distintos, embora complementares, que possam ser desenvolvidos de forma bipolar, com uma parte de educação geral e outra de Educação Profissional. Essa foi a lógica da revogada Lei Nº 5.692/71. Essa não é a lógica da atual LDB, nem do Decreto 5.154/2004, que rejeitam essa dicotomia entre teoria e prática, entre conhecimentos e suas aplicações. (BRASIL, 2004b, p. 406).

Nesse cenário de contradições, a política nacional busca fortalecer e ampliar a oferta da educação profissional técnica de nível médio em todo país. Exemplo disso é o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024, aprovado pela Lei n. 13.005/2014. Essa política estabelece o conjunto de 20 metas educacionais, das quais a Meta 10 propõe, para alcance no período de vigência do Plano, “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível

médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público” (BRASIL, 2014, p.10).

Das políticas mais recentes, tem-se a Lei n. 13.415/2017 que altera as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para definir, entre outros, nova organização e estrutura do ensino médio brasileiro. A partir dessa alteração, o ensino médio passa a oferecer, como parte flexível do currículo, itinerários formativos que deverão possibilitar aos estudantes o aprofundamento de seus conhecimentos e sua preparação “para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 2). Ainda no âmbito da flexibilização curricular, prevê o itinerário formativo de formação técnica e profissional, caracterizado pelo desenvolvimento de programas educacionais que promovam

(...) a qualificação profissional dos estudantes para o mundo do trabalho, objetivando sua habilitação profissional tanto para o desenvolvimento de vida e carreira, quanto para adaptar-se às novas condições ocupacionais e às exigências do mundo do trabalho contemporâneo e suas contínuas transformações... (BRASIL, 2018, p. 7).

Destas últimas mudanças que a política educacional foi submetida, fica evidente, mais uma vez, a insistente manutenção da dualidade estrutural do ensino médio brasileiro. O então chamado itinerário formativo, com a promessa de possibilitar aos estudantes o aprofundamento de seus conhecimentos, direciona a aprendizagem para dois caminhos incongruentes: a preparação para o ensino superior ou para o mundo do trabalho.

Benfatti (2011, p. 31) discursa sobre a “necessidade de superação da razão histórica da divisão social do trabalho e do conhecimento como reserva de capital intelectual”. Também aponta que, segundo Kuenzer (2007), o ensino médio e a educação profissional, durante seu desenvolvimento histórico, de alguma forma, sempre estiveram desarticulados. Isso porque, para os incluídos socialmente, o ensino médio deveria responder à oferta escolar do conhecimento, enquanto aos trabalhadores, deve apenas desenvolver o trabalho subordinado.

3. MONITORAMENTO DE EGRESSOS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Em meio a tantas contradições, surgem alguns questionamentos que a muitos causam constrangimento e a outros, aflição: Qual nível de qualidade da formação os egressos do ensino médio integrado tiveram acesso ao longo de seus estudos? Os objetivos propostos nos projetos de cursos são alcançados? A proposta dessa política educacional está de fato gerando oportunidades ao público que se destina? O egresso do ensino médio integrado consegue progredir ao ensino superior? Os conhecimentos profissionais específicos desenvolvidos no

ensino médio integrado possibilitam ao egresso sua inserção no mundo do trabalho, em atividade correlata a sua formação? Qual o nível de satisfação do egresso do ensino médio integrado frente à sua formação? Como a sociedade avalia a política educacional do ensino integrado? A sociedade conhece e reconhece os resultados das instituições de ensino que operacionalizam o ensino integrado?

Embora as respostas a esses questionamentos não sejam apresentadas neste estudo, é instigante pensar sobre o potencial das informações obtidas a partir do monitoramento de egressos, na perspectiva da avaliação e implementação da política educacional, bem como a importância da realização desse monitoramento de forma contínua e efetiva.

Estudar o egresso configura uma estratégia importante no contexto de avaliação da política educacional. O investimento em educação profissional, principalmente do segmento público, tem intensificado nos últimos anos. Neste cenário, destaca-se a oferta articulada ao ensino médio, por meio da integração curricular. Decorre do Decreto n. 10.656, de 22 de Março de 2021, a regulamentação da Lei n. 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Essa normativa estabelece que as matrículas nessa modalidade de ensino passam a ter computo duplo no cálculo do montante de recurso a ser transferido aos entes federados:

Art. 22. Para fins da distribuição dos recursos do Fundeb, será admitida a dupla matrícula dos estudantes: I - da educação regular da rede pública de ensino que recebem atendimento educacional especializado; e II - da educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B da Lei nº 9.394, de 1996, e do itinerário de formação técnica e profissional do ensino médio, previsto no inciso V do caput do art. 36 da referida Lei. (BRASIL, 2021, p. 8)

Ainda, há de se considerar o aumento na oferta de vagas do ensino integrado, conforme consta nos dados do Censo Escolar, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Muito dessa expansão se deve à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que tem ampliado seu atendimento ao longo dos anos. Na Tabela 1, são registrados os números totais de matrículas no ensino médio integrado, tomando como referência os dados nacionais e do IFMS, na série histórica de 2017 a 2021.

Tabela 1 – Matrículas no ensino médio integrado

Oferta	2017	2018	2019	2020	2021
Nacional	494.569	540.936	595.706	660.514	714.689
IFMS	3.365	3.797	3.616	4.860	4.923

Fonte: Sinopses Estatísticas do Censo Escolar/INEP

Para a elaboração da Tabela 1, foi realizada a soma das matrículas em cursos técnicos integrados ao ensino médio com as matrículas em cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). No período analisado, é possível observar a expansão tanto na oferta do IFMS quanto na oferta nacional. De 2017 a 2021, a oferta do ensino médio integrado no IFMS aumentou 46,3%, ficando acima da expansão nacional que foi igual a 44,5% nesse mesmo período. Isso significa que, cada vez mais, jovens tem procurado o ensino médio integrado para desenvolver sua formação.

Engels (1983, p. 456), em carta a C. Schmidt, adverte que “toda a história precisa ser reestudada, as condições de existência das diversas formações sociais precisam ser examinadas em detalhe, antes de induzir delas as correspondentes concepções políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas, etc”. Semelhantemente, reforçamos neste estudo a necessidade de revisitar os estudantes que passaram pelos cursos de ensino integrado a fim de coletar informações que possibilitem identificar se a proposta dessa política tem gerado as oportunidades pactuadas entre a instituição de ensino, por meio do projeto pedagógico de curso, e o público atendido. Ainda, entende-se que o acompanhamento dos egressos constitui importante estratégia para induzir a atualização dos programas existentes e a implementação de novas políticas do ensino integrado em todo país.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa aqui exposta se encontra nos primeiros contornos de sua execução, de modo que, até o presente momento, além da leitura e interpretação de conceitos e teorias que fundamentam a análise do objeto, também foram realizadas buscas de publicações científicas referentes a estudos já produzidos em torno do tema central desta investigação. Foi possível comprovar a existência de outros trabalhos sobre o acompanhamento de egressos da educação profissional, dispostos na forma de artigos e dissertações.

Sem pormenorizar o Estado do Conhecimento que possa ser realizado desse assunto, apresentamos aqui a análise de duas obras para apreciação dos leitores deste trabalho: 1) o artigo “Mecanismos de Acompanhamento de Egressos dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica e suas Contribuições para a Avaliação Institucional” (CARNEIRO et al., 2019) e a dissertação “A Política de Monitoramento de Egresso no Instituto Federal do Ceará: um estudo de caso o Campus de Caucaia” (DIAS, 2016).

O objetivo da primeira obra é “identificar de que forma o acompanhamento de egresso pode contribuir para a avaliação institucional nos institutos federais de educação, ciência e

tecnologia e destacar as semelhanças e diferenças nos mecanismos de acompanhamento desses sujeitos” (CARNEIRO et al., 2019, p. 1). Já na segunda obra, o objetivo geral é “investigar a política de monitoramento de egressos no Instituto Federal do Ceará - *Campus Caucaia*” (DIAS, 2016, p. 18). Ainda, consta que a pesquisa objetivou “indagar aos atores institucionais quais os entraves existentes à aplicação da pesquisa de acompanhamento de egressos e suas implicações, além de coletar informações dos egressos que possibilitassem traçar um breve perfil destes”. (*ibidem*, p. 5).

Em ambos os trabalhos analisados, percebemos uma similaridade quanto à política e aos instrumentos utilizados para o monitoramento de egressos nas instituições investigadas pelos autores. Todas as instituições possuíam programa de acompanhamento de egressos, entretanto, alguns entraves impediam o pleno funcionamento dessa política institucional. Em geral, os instrumentos utilizados na execução do referido programa são formulários, físicos ou digitais, sites com conteúdos específicos ou espaços reservados dentro dos portais institucionais, mensagens por e-mail e telefonemas. Ademais, não foi possível observar evidências que comprovem a existência de aplicativo móvel utilizado como ferramenta para a coleta de dados dos egressos.

A aparente ausência desse instrumento nas investigações realizadas corrobora a proposta de sua criação como produto educacional da pesquisa de mestrado que aqui se exhibe. O aplicativo móvel (App) a ser criado contemplará, como função principal, soluções relacionadas ao monitoramento de egressos do ensino médio integrado à educação profissional. Tendo em vista que os dados de monitoramento são fornecidos pelos próprios egressos, e considerando que um App com função só de coleta de dados não é nada atrativo, propomos implementar a aplicação com estratégias de gamificação, pontuações, bonificações e possibilidade de utilização desses pontos para acesso a algumas funcionalidades específicas, além de personalizações variadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe os primeiros contornos de uma pesquisa de mestrado em andamento, que busca avaliar a política de monitoramento dos egressos do ensino médio integrado à educação profissional, bem como a eficiência dos instrumentos utilizados nessa ação. No avançar da investigação, temos a intenção de desvelar a influência dessa política na implementação da oferta desse ensino médio integrado e na produção de respostas à sociedade sobre os resultados por ele alcançados.

A pesquisa ocorre no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – *Campus* Campo Grande, por meio da avaliação do seu Programa de Acompanhamento de Egressos, especialmente os instrumentos de coleta de dados do público-alvo dessa ação e os principais resultados já apurados. Como próximo passo, serão feitas interações com coordenadores de curso, estudantes e egressos do ensino médio integrado dessa instituição, com vistas ao levantamento de informações referentes a suas participações no referido Programa.

Além de produzir uma síntese sobre a importância do monitoramento de egressos para a implementação do ensino médio integrado, almejamos chegar à competência de pensar e propor um aplicativo móvel capaz de contribuir com essa ação e seja incorporado ao conjunto de instrumentos já utilizados pelo IFMS. Ainda, no que tange ao aplicativo móvel, esperamos que possa atender a outras instituições de ensino que desejam implementá-lo em suas ações de monitoramento.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENFATTI, X. D. **O Currículo do Ensino Médio Integrado: da intenção à realização.** 2011. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 4 out. 2022.

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/1996**, Brasília, DF, 2004a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 4 out. 2022.

BRASIL. Parecer CNE/CEB n. 39, de 8 de dezembro de 2004. **Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio**, Brasília, DF, 2004b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf. Acesso em: 4 out. 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 de fevereiro de 2005. **Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004**, Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_05.pdf. Acesso em: 4 out. 2022.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE**, Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 4 out. 2022.

- BRASIL. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Altera as Leis nº 9.394/1996 e 11.494/2007, revoga a Lei nº 11.161/2005 e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**, Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 4 out. 2022.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB, n. 3 de 21 de novembro de 2018. **Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECEBN32018.pdf. Acesso em: 4 out. 2022.
- BRASIL. Lei n. 14.113, de 25 de dezembro de 2020. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14113.htm. Acesso em: 4 out. 2022.
- BRASIL. Decreto n. 10.656, de 22 de março de 2021. **Regulamenta a Lei nº 14.113/2020**, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.656-de-22-de-marco-de-2021-309986818>. Acesso em: 4 out. 2022.
- CARNEIRO, E. S. *et al.*. Mecanismos de acompanhamento de egressos dos institutos federais de educação profissional e tecnológica e suas contribuições para a avaliação institucional. *In: VI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, Vol. 1, 2019, Fortaleza. **Anais eletrônicos** [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 2321-2339. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/65461>. Acesso em: 2 jul. 2022.
- CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino médio integrado. *In: CALDART, R. et al (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CORRÊA, A. M.; SILVA, M. A. O Currículo de Matemática no IFMS Campus Aquidauana. *In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA*, 12., 2016, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: Universidade Cruzeiro do Sul, 2016. p. 1-12. Disponível em: <http://www.sbembrasil.org.br/enem2016/anais>. Acesso em: 4 out. 2022.
- DIAS, M. R. D. **A Política de Monitoramento de Egresso no Instituto Federal do Ceará: um estudo de caso o Campus de Caucaia**. 2016. 154 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.
- ENGELS, F. Concepção materialista da história. *In: FERNANDES, Florestan (Org). Marx e Engels (História)*. São Paulo: Ática, 1983. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 36.)
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da Cultura**; [Tradução Carlos Nelson Coutinho]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- KUENZER, A. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2007.
- MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**; [Tradução Newton Ramos de Oliveira]. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.



MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

RAMOS, M. N. Possibilidades e desafios na organização do currículo. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, M. N. O Currículo para o Ensino Médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 771 – 788, jul./set. 2011.